

## Rio



ROUBO DE REMÉDIOS CONTRA CâNCER

Quadrilha é alvo de ação policial

Um suspeito foi preso; foram levados mais de R\$1 milhão em medicamentos

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES  
luzmag@oglobo.com.br

**C**riadas a partir dos anos 1980 para preservar imóveis de interesse histórico e a ambiência dos bairros, as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apacs) do Rio deverão ser revistas nos próximos anos, o que abre caminho para incluir imóveis na legislação mais restritiva e também para excluí-los. A determinação consta de emenda ao Plano Diretor mantida na versão final sancionada ontem pelo prefeito Eduardo Paes. A lei orientará o crescimento da cidade pelo período de dez anos.

O Rio conta com 34 áreas que dispõem de alguma proteção legal seja por Apac ou legislação semelhante, incluindo Centro, Leblon, Ipanema, Botafogo, Humaitá e Urca. Nessas áreas, que são delimitadas, há restrições, por exemplo, em relação ao gabarito, e nem sempre os imóveis são tombados. As regras até permitem que sejam demolidos em alguns casos, mas os projetos novos têm que respeitar a legislação para o local.

O texto sancionado já causa controvérsias entre especialistas e moradores, enquanto a prefeitura defende a necessidade de atualização das regras.

— Se o Rio foi declarado Patrimônio Mundial por sua paisagem cultural urbana pela Unesco há alguns anos, isso se deve muito às Apacs. Não acho que esse seja um momento oportuno para rediscutir as regras — diz Washington Fajardo, arquiteto e ex-secretário municipal de Planejamento Urbano.

## SERVIÇOS NA URCA

Outra mudança prevista no Plano Diretor sancionado ontem pode afetar o clima bucólico da Urca, na Zona Sul. Na revisão da lei urbanística, as regras específicas para construir no bairro foram mantidas. Mas, como em toda a cidade, o texto facilitou a abertura de critérios de profissionais liberais e outras atividades comerciais em residências. Antes isso não era possível porque havia uma outra lei, da década de 1970, que agora foi revogada. Conselheira da Associação de Moradores da Urca (Amour), Valéria Grynberg defende uma revisão urgente das regras, para manter o perfil residencial do bairro:

— O texto do jeito que ficou pode gerar mais adensamento e estimular o trânsito no bairro. A Urca tem características próprias, como ter uma única entrada e uma única saída.

O subsecretário executivo de Desenvolvimento Urbano e Econômico, Thiago Dias, argumenta que o fato de o Plano Diretor prever uma revisão das Apacs não significa que algo, de fato, irá mu-



Perfil residencial. Moradores da Urca temem que revisão da lei urbanística, facilitando atividades comerciais, gere mais adensamento e estimule o trânsito no bairro, que só tem uma entrada e uma saída

# LEI ABRE BRECHA PARA REVER APACS

## Plano Diretor permite inclusão e retirada de imóveis das áreas protegidas

dar. Ele não descarta, no entanto, alterações na Urca. Hoje, o bairro tem várias restrições por estar em uma Área no Entorno de Bens Tombados (AEBT), um instrumento de preservação.

— Regras de proteção não impedem que os imóveis tenham usos distintos dos atuais. Mas, de qualquer forma, o prefeito Eduardo Paes avalia criar uma Apac própria para a Urca — explica.

Autor da emenda da revisão das Apacs, o vereador Pedro Duarte (Novo) defende a inclusão do dispositivo.

— Muitas Apacs são dos anos 1980, 1990. As cidades mudam. Cabe a discussão. Será que tudo deu certo? Há imóveis que se degradaram a um ponto que já não cabe mais ser preservados? — pondera o vereador.

A presidente da Associação de Moradores de Botafogo (Amab), Regina Chiaradia, por sua vez, diz que, em caso de revisão das Apacs, seja fei-

## OS ALVOS DA NOVA REGRA



ta uma grande discussão com os moradores antes de qualquer alteração. Ela prevê que será mais fácil mobilizar a vizinhança para discutir a proteção de imóveis do que foi durante a elaboração do Plano Diretor, porque os temas debatidos nas Apacs estão mais próximos do dia a dia dos moradores.

— A população tem apreço pelo bairro. Vai defender a preservação de seu patrimônio. E, se é para discutir, há a possibilidade de incluir mais imóveis na relação dos que devem ser protegidos — disse.

Ambientalista e presidente da Associação de Moradores da Rua Lauro Müller, em Botafogo, Abílio Tozzini diz que as Apacs têm outro papel, além de preservação histórica:

— Essas construções mais antigas também são mais baixas, permitindo a passagem de ar e influenciando no microclima das regiões, reduzindo as ilhas de calor. Evitam que tenhamos verdadeiros paredões de concreto nos bairros.

## VÍES ECONÔMICO

O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Sydney Menezes, vê com reservas a proposta de rever a legislação. Uma das questões é que essa discussão seria feita no âmbito da pasta que trata prioritariamente do Desenvolvimento Econômico, já que a pasta de Urbanismo foi extinta:

— O desenvolvimento urbanístico de uma cidade leva em conta sua história. Isso influencia inclusive seu crescimento. Me preocupa discutir isso com o viés econômico predominando sobre o planejamento.

## PONTOS VETADOS

## Clubes de Tiro

Emenda criava regras disciplinando o licenciamento para clubes de tiro na cidade. O texto estabelecia que só não poderiam funcionar a menos de mil metros de escolas, em áreas apenas residenciais, de preservação ambiental ou em favelas.

## Mais gente na Zona Oeste

Várias emendas propostas por vereadores semanas antes da votação do plano e que previam o adensamento no região das Varigens (Vargem Grande e Vargem Pequena) e de Guaratiba, bairros considerados ambientalmente frágeis, foram vetadas.

## Participação popular

Não passou o texto que criava a Conferência Municipal da Cidade com participação da sociedade, que se reuniria a cada dois anos, para propor diretrizes da política urbana e fazer sugestões de alterações na legislação urbanística da cidade.

## PROPOSTAS APROVADAS

## Alto da Boa Vista

Foram flexibilizadas as regras de construção em parte do bairro (na chegada à Mada e nas proximidades da Praça Afonso Vieira), para permitir condomínios residenciais em lotes onde até ontem a legislação só permitia construir apenas uma casa.

## Encostas

Com exceção da Zona Sul, libera a abertura de novas ruas da cota 60 à cota 68 (calculada em metros a partir do nível do mar), o que pode estimular a ocupação de encostas. A regra permite ruas até a cota 75 na Zona Oeste, exceto na Barra e em Jacarepaguá.

## Menos garagens

Vagas só são obrigatórias na Zona Oeste com o seguinte cálculo: a até 800m de estações de transportes de massa, uma vaga a cada quatro apartamentos. Acima dessa distância, uma vaga para cada 70 metros de área útil ou duas se a metragem ficar acima.